

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro e Flávio enfrentam nova crise após denúncia de ex-aliado	2
Título: Choque cambial provoca prejuízo bilionário no primeiro trimestre	4
Título: Petróleo barato dá tônica de balanços.....	6
Título: Empresas de energia ampliam doações	8
Título: Decreto da ‘Conta Covid’ de energia atrasa	9
Título: Eneva prevê pouco impacto da crise no curto prazo.....	11
Título: CSN avalia reduzir produção e parar alto-forno 2	13
Título: Demanda chinesa leva minério de ferro a superar US\$ 90 por tonelada.....	14
Título: Caso Atvos traz suposto conflito no BNDES à tona	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Bolsonaro muda tom e vai a ato com ministros militares.....	18
Título: Energia e meio ambiente após a covid-19.....	20
Título: Cana perde espaço na lavoura para soja e milho	22
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	24
Título: Bolsonaro fala em resgatar valores e evita atacar Poderes	24

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/05/2020****Seção: Política****Autor: Andrea Jubé, Estevão Taiar e Isadora Peron — De Brasília****Título: Bolsonaro e Flávio enfrentam nova crise após denúncia de ex-aliado**

Com o Ministério da Saúde acéfalo em plena pandemia, uma nova crise se abateu sobre o governo, enquanto o presidente Jair Bolsonaro voltou a participar de uma manifestação em defesa de seu mandato ontem na Praça dos Três Poderes. Segundo o empresário Paulo Marinho, presidente do PSDB no Rio de Janeiro, a Polícia Federal retardou a operação que teve Fabrício Queiroz como alvo para não prejudicar a eleição de Bolsonaro em 2018.

A semana começa, portanto, com a nova crise assombrando o governo: enquanto Bolsonaro ainda busca um ministro da Saúde afinado com seu discurso - contrário ao isolamento social e favorável ao uso ampliado da cloroquina -, em paralelo, aguarda a definição do ministro Celso de Mello do Supremo Tribunal Federal sobre a divulgação do polêmico vídeo da reunião ministerial, que embasa as acusações do ex-ministro da Justiça Sergio Moro; e terá de rebater a denúncia de Paulo Marinho.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, decidiu ontem que vai mandar a Polícia Federal ouvir Paulo Marinho no inquérito que investiga as acusações de Moro sobre a suposta tentativa de Bolsonaro de interferir na PF.

Um dos principais aliados de Bolsonaro na campanha presidencial, Marinho é suplente do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e pré-candidato a prefeito do Rio de Janeiro pelo PSDB.

Em entrevista à “Folha de S. Paulo”, Marinho afirmou que Flávio soube antecipadamente de um delegado da PF que a operação Fumaça da Onça seria deflagrada, e tinha seu então assessor Fabrício Queiroz como alvo. O aviso do delegado ocorreu entre o primeiro e o segundo turno da eleição. Marinho disse que o relato lhe foi feito pelo próprio Flávio em dezembro de 2018, após a vitória de Bolsonaro.

A Polícia Federal disse, em nota divulgada ontem, que abriu investigação interna para apurar as acusações de Marinho. “A Polícia Federal se notabilizou por sua atuação firme, isenta e imparcial no combate à criminalidade, dentro de suas atribuições legais e constitucionais”, afirmou o comunicado.

Flávio Bolsonaro, também por meio de nota, atacou Marinho, afirmando que o empresário tem interesse em prejudicá-lo porque é seu suplente, e pode vir a

assumir o mandato. “Ele sabe que jamais teria condições de ganhar nas urnas e tenta no tapetão”, rebateu.

Segundo o senador, outra motivação para Marinho fazer as declarações foi sua aproximação de desafetos do presidente Bolsonaro: os governadores de São Paulo, João Doria (PSDB), e do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC).

Enquanto administra a nova crise, Bolsonaro terá que decidir se continuará buscando um sucessor para o ex-ministro Nelson Teich ou efetiva o interino, general Eduardo Pazuello, no comando do Ministério da Saúde.

Há expectativa de que nos próximos dias, Pazuello assine um novo protocolo da Pasta autorizando o uso ampliado da cloroquina, agora na etapa inicial do tratamento dos pacientes de covid-19.

Oficiais do alto escalão do Exército descrevem Pazuello como um militar de pulso firme, que não age contra suas convicções. Neste grupo, há expectativa de que o general não endosse o protocolo, mas o documento está pronto para ser assinado.

Generais próximos a Pazuello afirmam que ele gostaria de continuar à frente da Secretaria-Executiva, para reestruturar a parte administrativa e financeira da pasta.

Por isso, Bolsonaro ainda buscaria um civil para suceder a Teich. A médica Nize Yamaguchi é a mais cotada, porque defende o uso ampliado da cloroquina, em sintonia com Bolsonaro. O nome do médico e ex-ministro da Cidadania Osmar Terra corre por fora, mas ele enfrenta restrições de ministros palacianos. Um dos ministros que não o avalizaria seria o chefe da Casa Civil, general Braga Netto.

O **Valor** apurou que outros dois nomes despontaram na bolsa de apostas para o comando da Saúde: o contra-almirante Luiz Froes, diretor de saúde da Marinha, e o cardiologista Marcelo Queiroga, presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC).

Ao **Valor**, Queiroga negou que tenha sido procurado para substituir Teich e disse que se for convidado vai analisar a proposta. “Quem assume esse cargo precisa concordar com o presidente. Ele é o chefe do Estado, não dá para ficar só um mês”, disse Queiroga.

O cardiologista é apoiador do presidente Jair Bolsonaro tanto no uso da hidroxicloroquina quanto na política de um isolamento social vertical. “O isolamento como vem sendo feito não está funcionando, a taxa de adesão é inferior a 50%”, disse. Ele acredita que outras medidas como uso de máscaras,

testagem, higienização e isolamento para pessoas com suspeitas seriam mais eficazes do que o isolamento adotado atualmente.

Ontem Bolsonaro compareceu à manifestação acompanhado de um grupo de onze ministros (metade do primeiro escalão): Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), André Mendonça (Justiça), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Onyx Lorenzoni (Cidadania), Tereza Cristina (Agricultura), **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Jorge Oliveira (Secretaria-Geral da Presidência), Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Abraham Weintraub (Educação) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional).

Desta vez, o presidente articulou para evitar o caráter antidemocrático dos atos anteriores. Faixas que atacavam o Supremo Tribunal Federal e o Congresso foram estendidas e depois retiradas pelos apoiadores. “Nenhuma faixa, nenhuma bandeira que atente contra nossa Constituição e contra o Estado democrático de direito”, discursou Bolsonaro do alto da rampa do Planalto.

Enquanto se empenha em demonstrar apoio popular - o que inibe o Congresso de deflagrar um processo de impeachment - a oposição se articula para investir na nova leva de denúncias contra o governo.

O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que as afirmações de Marinho comprovam “a interferência de Bolsonaro e de sua família na Polícia Federal antes mesmo do início de seu governo”. Ele vai requerer que Marinho seja ouvido no inquérito que tramita no STF relativo às denúncias de Moro.

O líder do PSOL na Câmara, Ivan Valente (SP), disse que as acusações provam que houve fraudes nas eleições. “Mas, o óbvio, não foi quem perdeu quem fraudou”, disse pelas redes sociais. “Num país com 'instituições funcionando' levaria à cassação da chapa e novas eleições”, concluiu. **(Colaboraram Beth Koike, de São Paulo, e Gustavo Maia, de O Globo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Nelson Niero e Rita Azevedo — De São Pa

Título: Choque cambial provoca prejuízo bilionário no primeiro trimestre

A combinação do real desvalorizado com o início da pandemia cobrou uma conta alta das empresas brasileiras no primeiro trimestre. Foram R\$ 21 bilhões em prejuízo, considerando-se 112 companhias de capital aberto que publicaram suas demonstrações financeiras até a manhã de sexta-feira. No mesmo período

do ano passado, essas empresas tiveram juntas um lucro líquido de R\$ 11,7 bilhões.

Para evitar uma distorção na análise, a amostra não inclui a Petrobras, que fez uma reavaliação gigantesca de seus ativos de exploração e produção depois da reviravolta nos preços do petróleo e fechou o trimestre com prejuízo recorde de quase R\$ 50 bilhões. A mineradora Vale também ficou de fora por causa da baixa contábil que fez no primeiro trimestre de 2019, quando aconteceu o desastre em Brumadinho (MG).

O efeito do câmbio sobre as dívidas, um fator recorrente nas várias crises vividas pelo país na era do real - a maxidesvalorização de 1999 é o marco inicial -, voltou a desarrumar os balanços no trimestre em que o real desvalorizou-se quase 30% em relação ao dólar, moeda com a qual é fechada a maior parte dos contratos de dívidas externas das empresas.

Como a contabilidade tenta refletir com a maior fidelidade possível os fatos econômicos, a cada fim do período fiscal esse estoque de dívida é convertido em reais para ser apresentado nas demonstrações financeiras, “marcado” ao valor de mercado. Vencendo ou não naquele exercício, o valor é corrigido na totalidade. O efeito na maior parte se restringe aos livros, sem se materializar num dispêndio de caixa (*ver reportagem abaixo*), mas as manchetes assustam e o choque pode, sim, ter efeitos práticos, como forçar o vencimento antecipado de dívidas.

“A desvalorização do real no período afetou fortemente o resultado financeiro das companhias. As despesas financeiras líquidas cresceram mais de quatro vezes em comparação aos três primeiros meses do ano passado, para R\$ 56,3 bilhões”, diz William Volpato, coordenador do **Valor Data**, que compilou os dados da pesquisa.

Se o financeiro foi problemático, o operacional manteve-se acima da linha d’água, apesar de março já ter sido prejudicado pelo avanço da covid-19. O lucro operacional dessa amostra foi de R\$ 30,4 bilhões, estável em relação ao mesmo período de 2019 - apesar de a receita de vendas ter subido 11% (R\$ 304,9 bilhões), o que mostra uma deterioração nos controles de custos e despesas.

O perigo está aí. Depois do choque financeiro, que tende a se dissipar nos próximos trimestres com uma possível estabilização ou reversão cambial, teremos neste segundo trimestre - já estamos na metade dele - uma segunda onda, desta vez nas operações, com o reflexo amplo e irrestrito do efeito sobre a atividade econômica das medidas que foram tomadas para combater a pandemia.

Com a provável exceção de setores como varejo alimentar e de medicamentos, liberados da quarentena, as empresas foram atingidas em cheio pela queda de receita, ao mesmo tempo que buscam adaptar seu pessoal e seus processos às novas regras de convívio virtual. A primeira reação foi preservar o caixa - e a sobrevivência -, com medidas como cancelamento ou postergação de dividendos e redução de investimentos.

A têxtil Cambuci diz, no balanço, que “caminhava para um crescimento robusto”, mas essa jornada foi interrompida pela covid-19. Em resposta, a empresa reduziu a capacidade operacional e cancelou, por tempo indeterminado, investimentos e contratações previstos para o ano.

“A maior parte das indústrias já mostra queda de volume, o que deve ser traduzido em uma menor diluição dos custos fixos no segundo trimestre”, diz Ricardo Schweitzer, analista da Nord Research. “Como pouquíssimos segmentos tiveram desempenho melhor no cenário de pandemia, o esperado é que, na média, os resultados sejam bastante afetados no financeiro pela variação cambial e, do lado operacional, pela queda das vendas.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Petróleo barato dá tônica de balanços

A Petrobras foi o principal destaque negativo entre as grandes petroleiras globais no primeiro trimestre, ao anunciar um prejuízo recorde de R\$ 48,5 bilhões para o período. Apesar do resultado no vermelho, puxado pela baixa contábil de R\$ 65,3 bilhões, por perda no valor de ativos e investimentos (impairment), a estatal brasileira se mostrou, por outro lado, competitiva na disputa por mercado no cenário internacional, mesmo num momento em que a demanda global pela commodity se deteriora.

O choque dos preços do petróleo deu a tônica nos balanços financeiros das principais empresas do setor no primeiro trimestre, embora o impacto maior da crise seja esperado apenas para os próximos resultados. Levantamento do **Valor Data** mostra que, entre oito das principais petroleiras do mundo, a queda de receitas foi geral, mas que o recuo da Petrobras ficou abaixo da média de seus pares. A companhia registrou uma perda de 8,8% nas receitas, em dólares -

menos do que companhias como Shell (-28,8%), SaudiAramco (-15,9%) e Total (-14,5%).

Em relação ao resultado financeiro, contudo, a situação é outra: o prejuízo da Petrobras foi desproporcional aos de seus concorrentes: em dólar, a perda da companhia, de US\$ 9,7 bilhões, por exemplo, foi 1,7 vez maior do que os prejuízos da BP, Equinor, ExxonMobil e Shell, juntas. Essas empresas também anunciaram baixas contábeis, frente à desvalorização da commodity, mas nada comparável à brasileira. O levantamento mostra ainda quemultinacionais como Chevron, SaudiAramco e Total, por sua vez, conseguiram se manter no azul.

Mesmo com resultados no vermelho, BP, Equinor, ExxonMobil e Shell mantiveram compromissos de pagamento de dividendos aos acionistas - ainda que, no caso da Shell, a companhia tenha reduzido os valores por ação pela primeira vez desde 1945, no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Ao anunciar prejuízo de R\$ 48,5 bilhões do primeiro trimestre, a Petrobras, por outro lado, praticamente enterrou as chances de haver algum pagamento aos investidores este ano. A própria diretora financeira da estatal, Andrea de Almeida, afirmou, na sexta-feira, que, mesmo não sendo possível fazer projeções de resultados para o ano, será difícil recuperar ao longo de 2020 o impacto das perdas registradas no primeiro trimestre.

Apesar do prejuízo recorde, o balanço financeiro da Petrobras foi, de certa forma, bem recebido por analistas. O Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da empresa cresceu 17,6%, em dólares, para US\$ 8,5 bilhões, e 36,4% em reais, para R\$ 37,5 bilhões, na comparação com os três primeiros meses de 2019.

O Credit Suisse destacou que a Petrobras conseguiu surpreender positivamente, mesmo num contexto difícil. O Ebitda, segundo o banco de investimentos, ficou 30% acima do esperado. O UBS, por sua vez, pontuou que 2020 certamente será mais difícil para as petroleiras, mas que a Petrobras, hoje, é diferente daquela de quatro ou cinco anos atrás. A empresa conta com uma estrutura mais enxuta e uma alocação mais inteligente de capital e, portanto, está mais preparada para lidar com a crise.

Já o Itau BBA citou, em sua análise, a nova queda do custo de extração da estatal, de US\$ 6,60 no quarto trimestre para US\$ 5,90 nos três primeiros meses de 2020 - no pré-sal o custo chegou a recuar para US\$ 2,80 o barril. Além disso, o banco ressaltou que o petróleo da Petrobras tem sido vendido com descontos

pequenos em relação ao Brent. No primeiro trimestre, por exemplo, o preço de venda foi de US\$ 49,96 o barril, ante um patamar de Brent médio de US\$ 50,26.

Esses dois indicadores revelam, em certa medida, como o petróleo da Petrobras tem se apresentado competitivo no mercado internacional. Mesmo diante da queda abrupta da demanda, a empresa tem ampliado as exportações. No primeiro trimestre, foram vendidos para o exterior, em média, 806 mil barris/dia, uma alta de 63,15% em relação a igual período de 2019. Em abril, quando a queda da demanda se acentuou, a companhia bateu recorde de exportação de óleo cru: 1 milhão de barris/dia.

A petroleira brasileira conseguiu compensar os efeitos da crise econômica na China, desencadeada pela pandemia da covid-19, e aumentar as exportações para outros países, como Chile, Índia, Cingapura e Espanha. Embora as vendas para o mercado externo devam recuar em maio, ante a recuperação da demanda no Brasil, os dados operacionais da Petrobras mostram, na visão do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo (Ineep), que a empresa tem tido uma vantagem competitiva no mercado internacional. Isso porque o óleo do pré-sal possui baixo teor de enxofre, especificação cuja demanda cresceu após a entrada em vigor, neste ano, da nova especificação mundial para combustíveis marítimos (IMO 2020).

O BB Investimentos destaca, porém, que os dados operacionais tendem a piorar no segundo trimestre, dadas as condições mais desfavoráveis do mercado.

(Colaboraram Ivan Ryngelblum e Rita Azevedo, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Empresas de energia ampliam doações

Duas empresas do setor elétrico anunciaram doações para ajudar no combate à covid-19. A paranaense Copel vai doar R\$ 5 milhões para a compra de kits de testes e máscaras destinados ao combate do novo coronavírus no Paraná. Como parte de um conjunto de ações que somam R\$ 2 milhões, a Neoenergia está destinando recursos para a capacitação de 16 organizações não-governamentais (ONGs) no Rio e em São Paulo, onde concentram os maiores números de casos da doença.

Aprovado na semana passada pelo conselho de administração da Copel, o valor doado pode aumentar a partir do lançamento, na quinta-feira, 21 de maio, da campanha “Fatura Solidária”, segundo informou Daniel Slaviero, presidente da estatal.

A iniciativa pretende estimular o engajamento dos clientes da companhia. A cada nova adoção da fatura digital, a Copel destinará R\$ 2 ao projeto. E cada nova adesão ao débito automático irá gerar uma doação de R\$ 3, sem nenhum custo para os consumidores. Isso vale também para os clientes da Copel Telecom.

Com os R\$ 5 milhões aprovados, a Copel vai repassar à área de saúde do Estado 200 mil kits para testes PCR e pelo menos 1,2 milhão de máscaras triplas, como as usadas nos hospitais. Os materiais devem ser entregues a partir de junho.

As ONGs que serão contempladas pela iniciativa da Neoenergia junto ao Instituto Ekloos terão um aporte emergencial de R\$ 20 mil e mentorias on-line nas áreas de gestão estratégica, negócios e inovação, durante cinco meses. Ao final do programa, as organizações participarão de uma banca de investimento, podendo receber um incentivo adicional de até R\$ 45 mil.

“Nosso objetivo é responder à necessidade imediata das organizações do terceiro setor, fortemente impactadas com os desafios impostos pela pandemia, e, por isso, incluímos nessa edição um investimento emergencial para ajudá-las na gestão financeira deste momento”, disse a diretora-presidente do Instituto Neoenergia, Renata Chagas, em nota.

A Neoenergia informou estar atuando também em apoio à segurança alimentar de populações vulneráveis nos Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, em parceria com a Associação Transforma Brasil, com o Fundo Transforma, e o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS), com o projeto Pessoas e Negócios Saudáveis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima e Rodrigo Polito — De São Paulo e do Rio

Título: Decreto da ‘Conta Covid’ de energia atrasa

Prometido para a semana passada, o decreto que regulamentará o programa de apoio do governo ao setor elétrico acabou atrasando e pode ser publicado hoje. O **Valor** apurou que o texto já foi aprovado pelo Ministério da Economia e está

na Casa Civil. Segundo uma fonte ouvida, a pasta trabalha para incluí-lo numa edição extra do Diário Oficial da União (DOU) de hoje.

O Ministério de Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) correm para viabilizar toda a documentação necessária do empréstimo ao setor o mais rápido possível, uma vez que os bancos já sinalizaram que poderiam liberar a primeira parcela dos recursos até o último dia útil de maio.

O decreto trará artigos definindo as regras e estabelecendo condições às distribuidoras que quiserem acessar a “Conta Covid”, empréstimo que está sendo costurado pelo BNDES junto a um sindicato de bancos. Segundo a minuta do texto, para aderir ao apoio, as empresas terão que concordar em não solicitar redução do volume contratado de seus contratos, limitar a destinação de dividendos e pagamentos de juros sobre capital próprio ao percentual mínimo legal, em caso de inadimplência intrasetorial, e renunciar ao direito de discutir no âmbito judicial qualquer um desses itens.

O texto também prevê que eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro das concessões deverão ocorrer na forma prevista hoje na legislação, ou seja, via processo administrativo específico da Aneel.

Porém, não estará explícito no decreto o tamanho da operação de crédito. A expectativa é que essa informação seja divulgada até terça-feira, afirmou a secretária-executiva do MME, Marisete Pereira, na sexta-feira. “Não será nada inferior a R\$ 10 bilhões”, disse a secretária.

Os cálculos do montante ainda estão sendo finalizados pela Aneel, que identificará quanto cada distribuidora de energia realmente precisará para fazer frente ao descasamento de caixa causado pela pandemia. A operação terá como garantia um conjunto de ativos regulatórios que compõem a parcela A da tarifa de energia, referente aos custos não gerenciáveis das distribuidoras, como os encargos setoriais pagos pelo consumidor.

Estuda-se ainda o uso de um percentual da parcela B da tarifa para os casos em que as distribuidoras não tenham ativos suficientes na parcela A e precisem complementar sua necessidade. Essas definições constarão numa resolução da Aneel que também deve ser publicada em breve.

Os mecanismos da “Conta Covid” são similares aos da “Conta ACR”, instrumento que socorreu as distribuidoras de energia em 2014 e 2015. Assim como naquela época, o empréstimo será administrado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Os recursos serão injetados no caixa das distribuidoras,

para garantir a manutenção do fluxo de pagamentos do setor, e o financiamento será pago por meio da tarifa de energia.

Por outro lado, agentes do setor ressaltam que a situação de hoje é diferente da observada em 2014, quando as distribuidoras sofreram com subcontratação em meio a uma crise gerada no próprio setor elétrico. Além disso, com a queda da taxa Selic nos últimos anos, o custo financeiro da operação também deverá ser inferior ao daquela época.

Na opinião do presidente da comissão de energia do conselho federal da OAB, Gustavo de Marchi, a medida é importante para que as distribuidoras tenham condições de manter o fluxo de pagamentos da cadeia do setor. “Em linhas gerais, o decreto será mais um ato que traduz a intenção do governo em dotar as distribuidoras com recursos para continuar a arcar com as obrigações fixas mensais apesar da redução de recebíveis a curto prazo”, disse ele.

Segundo Raphael Gomes, sócio da área de Energia e Recursos Naturais do escritório Demarest, é importante que a solução discutida pelo governo com o setor respeite os contratos firmados. Caso contrário, disse, será colocada em risco a atratividade do setor para novos investimentos privados no futuro. “Temos que pensar na estabilidade. Não podemos quebrar as fundações.”

Gomes avalia ainda que, o fato de a CCEE ficar responsável pela operacionalização da “Conta Covid” é positivo, devido à governança e transparência da instituição, o que traz um aspecto importante ao processo.

A perda financeira da crise para as distribuidoras já alcança R\$ 4,62 bilhões, segundo cálculos do MME com dados desde o início das medidas de quarentena até o dia 10 de maio. Dessa cifra, R\$ 3,48 bilhões vem do aumento da inadimplência no pagamento da conta de luz, que subiu para 15% - em condições normais, o índice fica em torno de 3%. O restante do prejuízo reflete a redução do faturamento com a queda do consumo de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Eneva prevê pouco impacto da crise no curto prazo

Pouco afetada pela pandemia, a Eneva encerrou o primeiro trimestre com resultados positivos e Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização) recorde para o período. Entre janeiro e

março, a companhia obteve um lucro líquido de R\$ 179,8 milhões, cifra 38,5% maior na comparação anual, enquanto o Ebitda atingiu R\$ 435,3 milhões, uma alta de 26,2%.

Ao **Valor** o diretor financeiro da Eneva, Marcelo Habibe, afirmou que a pandemia pouco alterou os planos da empresa para o ano. De acordo com ele, a companhia não prevê impactos materiais da crise nos resultados dos próximos meses. Assim, vem trabalhando para entregar todos os investimentos projetados para 2020. Além disso, a Eneva continua estudando oportunidades de crescimento via aquisições. “Para nós, essa crise vai passar despercebida no curto prazo, que é o que podemos estimar”.

Algumas características da Eneva contribuem para que as perspectivas destoem da tendência geral do mercado. Uma delas é a baixa exposição ao dólar, o que restringe efeitos da variação cambial em seu balanço. Já do ponto de vista da receita, mais de 90% da energia vendida pela Eneva está no mercado regulado de energia (ACR). “Isso nos coloca em situação de conforto e segurança em relação ao recebimento pela energia vendida, é um diferencial”, destaca Habibe.

O executivo reconhece que o menor consumo de energia elétrica devido à crise tem reduzido o despacho das usinas termelétricas em todo o país, mas entende que as usinas mais impactadas serão aquelas de maior custo. “Usinas de baixo custo, como é o caso das nossas, são as primeiras a serem chamadas [pelo ONS] e deverão ter pouco impacto no despacho anual”.

Quanto à implantação de projetos em construção, a companhia recebeu de alguns fornecedores notificações sobre possíveis atrasos na entrega de componentes. Apesar disso, até então, avalia que não houve desvios significativos dos cronogramas previstos. Para os trabalhos de desenvolvimento do Campo de Azulão (AM), a Eneva não prevê atrasos. Já para as termelétricas Jaguatirica II (RR) e Parnaíba V (MA), a expectativa é de que as obras atrasem 30 e 60 dias, respectivamente.

Sob a ótica financeira, a Eneva encerrou março com uma posição de caixa de R\$ 1,6 bilhão, que considera “robusta” para atravessar a crise. Esse valor se soma ainda a captações de R\$ 500 milhões realizadas em abril, ao custo de CDI acrescida de 2,5% e com prazo de um ano, e a outros dois financiamentos, junto ao Banco da Amazônia (R\$ 1 bilhão) e ao BNB (R\$ 800 milhões). “Não vislumbramos necessidade de novas captações no curto prazo”.

Sobre o caso da AES Tietê, a Eneva ainda avalia apresentar uma nova proposta de combinação de negócios, mas não há decisão do conselho. Porém, a geradora renovável passou a “competir” com outras oportunidades que surgiram com a crise, afirma Habibe. “Algumas empresas estão numa situação financeira mais complicada e vendo oportunidades de desinvestir, monetizar alguns ativos. Então surgiram oportunidades. Antes enxergávamos somente a Tietê, hoje tem outras coisas que acabam competindo”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado — De São Paulo

Título: CSN avalia reduzir produção e parar alto-forno 2

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vai decidir pela parada ou continuidade do alto-forno 2 da usina de Volta Redonda (RJ) em até duas semanas. O presidente da siderúrgica, Benjamin Steinbruch, disse na sexta-feira que avalia os impactos sociais da medida e a estratégia de exportação.

“Do ponto de vista estratégico faz todo sentido [manter a operação], porque se aumentarmos as exportações temos que alocar grande parte da produção do alto-forno 2 para o mercado externo. E se formos bem sucedidos com o aumento de destinos, faz sentido trabalhar com todas as linhas”, disse Steinbruch.

Segundo ele, o que está adiando a decisão é a questão social. Uma possível parada do alto-forno 2 pode acarretar em demissões na usina. Gerdau, Usiminas e ArcelorMittal já anunciaram paradas de altos-fornos em suas unidades no Brasil em razão da redução do mercado com o isolamento social adotado para diminuir a disseminação do novo coronavírus.

“[Não paramos o alto-forno 2] Para que a companhia não contribua com a crise ou com o agravamento da situação social. Essa discussão vai ser feita em duas semanas no máximo e tomaremos a decisão. A parte técnica toda esta programada. Se decidirmos pela parada vamos fazer com a maior tranquilidade e segurança técnica, seria a terceira vez que paramos esse equipamento”, disse.

Steinbruch disse, ainda, que além desses fatores a companhia avalia o quesito queda nos custos de produção de aços planos. Segundo ele, a paralisação do alto-forno 2 irá possibilitar a diminuição da dependência da CSN do coque externo e o consumo de pelotas e de minério. “O alto-forno 2 tem um custo de produção até 10% maior que o do alto-forno 3 que no ano passado passou por uma reforma”, disse.

Outro ponto estudado é o consumo do estoque que a companhia tem atualmente que, conforme o executivo, pode ser vendido no mercado interno até o final deste ano. “Do ponto de vista racional, faz todo sentido essa parada do alto-forno 2.”

Para melhorar as margens, além da redução de custos, a CSN deve reajustar os preços da tonelada de aço. O diretor-executivo da empresa, Luis Fernando Martinez, disse que o compromisso da companhia é com a recuperação de margem. Segundo ele, com a taxa de câmbio nesse patamar o prêmio do produto importado e internalizado está de 12% a 15% negativo.

“Agora em junho, vamos olhar a competitividade da cadeia de valor e vamos ver quem compra, mas não tem como não corrigir o preço. De 10 a 12% de reajuste em junho não tem como escapar”, disse Martinez, lembrando que a CSN aumentou os preços da tonelada de aço em janeiro e março.

No primeiro trimestre, a CSN teve prejuízo de R\$ 1,3 bilhão, revertendo lucro de R\$ 87 milhões do mesmo período de 2019. O lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) não ajustado caiu 66% para R\$ 511 milhões. A dívida líquida da empresa chegou a R\$ 32,8 bilhões e a meta é chegar a R\$ 23 bilhões ao fim de 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume — Financial Times

Título: Demanda chinesa leva minério de ferro a superar US\$ 90 por tonelada

O minério de ferro, commodity usada na produção de aço e principal fonte de receita para mineradoras internacionais como BHP, Rio Tinto e Vale, superou nesta semana a marca dos US\$ 90 por tonelada pela primeira vez desde meados de março, sustentado pela forte demanda chinesa.

O país é o maior produtor mundial de aço e a demanda pelo metal, muito usado na construção civil e veículos, vem aumentando de forma constante desde o fim de março, quando Pequim começou a abrandar as medidas de confinamento adotadas no país para conter a disseminação do coronavírus.

Dados divulgados pelo governo chinês na sexta-feira mostraram uma retomada na produção industrial do país em abril, depois da forte retração durante a fase mais intensa da epidemia.

A produção diária de aço bruto das grandes usinas siderúrgicas na China subiu 13%, para cerca de 2,1 milhões de toneladas nos primeiros dez dias de maio, maior patamar de atividade neste ano, segundo a corretora Argonaut Securities.

“A alta na produção de aço não resultou em excesso de oferta e em depressão nos preços como sinalizado pelos mercados. Em vez disso, o estoque de aço caiu rapidamente e os preços do aço subiram gradualmente”, disse Helen Lau, analista da Argonaut.

Na semana encerrada em 15 de maio, o estoque total de aço na China caiu 34%, para 17 milhões de toneladas, puxado por um declínio de 37% nos estoques de vergalhões de aço, produto muito usado na construção civil.

Ao mesmo tempo em que a demanda sobe na China, as exportações do Brasil, um importante produtor, perderam força em razão da queda nas remessas provenientes das operações da Vale na floresta amazônica. O motivo do declínio não está claro, mas analistas dizem que pode estar ligado ao aumento no número de casos de covid-19 no Estado do Pará.

“Com a produção de aço bruto na China agora em um patamar maior do que há um ano, a demanda por minério de ferro está superando o volume das remessas chegando. Como resultado, os estoques portuários de minério de ferro na China estão gradualmente diminuindo”, escreveram os analistas do Morgan Stanley em relatório.

O executivo-chefe da BHP, Mike Henry, disse a investidores nesta semana que se a China evitar uma segunda onda de infecções da covid-19, ele prevê aumento na produção de aço bruto no país neste ano, compensando os declínios de mais de 10% projetados na produção do resto do mundo. O país produz mais da metade do aço no mundo.

O preço do produto referencial do mercado, com conteúdo de 62% de minério de ferro, era negociado a US\$ 90,75 por tonelada na sexta-feira, segundo informações levantadas pela S&P Global Platts, 2,6% a mais do que na semana anterior.

A esse preço, as grandes mineradoras BHP, Rio Tinto e Vale conseguem gerar bilhões de dólares de caixa com a produção de suas minas de minério de ferro.

Analistas ressaltaram que as notícias de que a China poderia impor restrições ao minério de ferro australiano em razão de Camberra estar defendendo uma investigação sobre as origens da covid-19, provavelmente são infundadas.

Pequim suspendeu as importações de carne vermelha de quatro abatedouros australianos e planeja impor tarifas sobre as importações de cevada.

“A China depende da Austrália para conseguir mais de 60% de suas importações de minério de ferro”, disse Glyn Lawcock, do UBS. “Com o mercado apertado e as exportações brasileiras em queda de 12%, hoje as opções parecem limitadas.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/05/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Francisco Góes e Camila Souza Ramos — Do Rio e São Paulo

Título: Caso Atvos traz suposto conflito no BNDES à tona

A disputa societária envolvendo a Atvos, empresa de açúcar e etanol criada pela Odebrecht, colocou um novo personagem no centro do debate sobre a companhia, que encontra-se em recuperação judicial com dívidas totais que somam R\$ 15 bilhões. Nos últimos dias, ao se aproximar a assembleia de credores da Atvos, prevista para amanhã, surgiram questionamentos sobre possível conflito de interesses nesse caso por parte do presidente do conselho de administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o advogado Marcelo Serfaty, que refutou ao **Valor** a existência de qualquer irregularidade: “Me sinto indignado”, afirmou.

Além de presidir o conselho do BNDES, Serfaty é sócio da gestora de recursos G5 Private Equity. Outro sócio dessa empresa é a G5 Partners, consultoria que atua como assessora financeira do fundo americano Lone Star na recuperação judicial da Atvos. Lone Star e Odebrecht travam “batalha” judicial pelo controle da companhia, que tem o BNDES como um dos principais interessados, com créditos a receber de cerca de R\$ 4 bilhões na recuperação judicial em curso.

Outro indício para se apontar um eventual conflito de interesses de Serfaty - além da sociedade na G5 - surge da agenda da diretoria do BNDES em 10 de fevereiro deste ano, quando o executivo ocupava o cargo de conselheiro do banco há mais de dois meses (ele foi eleito em assembleia em 20 de novembro de 2019). Na agenda daquele dia, o nome de Serfaty aparece em reunião com “G5 Partners” e com o superintendente da área de gestão de riscos do banco, Paulo Henrique Barbosa Pegas. Pegas é uma das pessoas que mais conhecem de Atvos no BNDES.

Serfaty disse que a G5 Partners é “mera acionista” da gestora de recursos na qual a consultoria entrou com duas finalidades: ajudar a captar recursos e dar suporte administrativo. Disse que a gestora tem nível de governança com padrão internacional e acrescentou: “Não participo de conselho ou diretoria de qualquer outra G5. Não conheço os mandatos da outra G5.” Serfaty afirmou

que está dedicado ao BNDES e que acompanha alguns investimentos que fazem parte da G5 Private Equity.

A G5 Partners disse que Serfaty nunca representou a empresa perante qualquer órgão, entidade ou autoridade governamental, “especialmente no BNDES”. Afirmou que a participação do executivo se dá na área de venture capital, segmento da gestora focado na aquisição de fatias de empresas de médio porte, conforme informado ao Comitê de Elegibilidade do BNDES, e que Serfaty não tem qualquer relação com as atividades da G5 Partners. A Lone Star disse que nunca teve contato ou relacionamento com Serfaty. “A Lone Star contesta qualquer suspeita de conflito de interesses. Algumas das premissas observadas para a contratação da G5 Partners foram sua reputação e os rigorosos mecanismos de compliance com que conduz suas atividades”, disse o fundo.

Em nota, o BNDES disse que houve “erro” no registro de agenda do superintendente Pegas. O equívoco teria sido motivado pelo fato de Serfaty usar, em alguns casos, o e-mail da G5 nas comunicações com o banco, daí que o nome da consultoria tenha aparecido na reunião. Mas ele garante que não tratou de temas da G5 ou da Atvos. O objetivo do encontro foi entender a estrutura de risco e de compliance do banco, disse Serfaty.

O BNDES acrescentou que também participaram da reunião o diretor de compliance e riscos do banco, Claudenir Brito, e o superintendente Carlos Frederico Rangel, responsável pelo compliance. Fontes do banco dizem que, apesar de não entender as razões para a agenda de Serfaty em 10 de fevereiro, o executivo não atua nas discussões de Atvos, nem faz parte do dia a dia do caso.

“Minhas reuniões são sempre com os diretores e com os técnicos que eles acharem que devem participar. Não faço reunião isolada com funcionário do banco, não tem cabimento”, disse Serfaty. Em fevereiro, a Atvos estava reelaborando seu plano de recuperação judicial depois de o BNDES exigir, na metade de janeiro, que a Odebrecht saísse do controle da companhia. O novo plano, prevendo a saída do conglomerado em até dois anos, foi protocolado no processo de recuperação em 1º de abril deste ano .

Levantamento nas agendas do banco mostra que Serfaty teve duas reuniões com a diretoria do BNDES depois de ser eleito para o conselho: a de 10 de fevereiro e outra em 6 de fevereiro. Nessa data consta: “videoconferência com G5 Partners”, com participações de Serfaty e do superintendente Carlos Frederico Rangel, do compliance. Entre outubro e novembro de 2019, antes de entrar para o conselho, Serfaty também aparece, como representante da G5, em outras agendas do banco: com o presidente, Gustavo Montezano, com o

diretor de infraestrutura, Fábio Abrahão, e com o superintendente Paulo Henrique Barbosa Pegas.

Naquela ocasião, Serfaty havia sido indicado para o conselho do BNDES aonde chegaria depois de ficar cerca de seis meses no conselho de administração do Banco do Brasil. As reuniões com Montezano e Abrahão se deram no contexto da indicação para o conselho. “Foi para entender as áreas do banco”, disse. Segundo o BNDES, o conselheiro, uma vez eleito, passa a fazer parte do “Sistema BNDES” e há reuniões internas, sem necessidade de oficializar os encontros na agenda pública da diretoria. O banco insistiu que a agenda do superintendente Pegas de 10 de fevereiro deste ano foi um “erro”.

Até chegar ao BNDES, Serfaty havia enfrentando oposição dos funcionários do Banco do Brasil, que tentaram barrar sua indicação e de outros nomes para o conselho do BB, alegando conflitos de interesses. A Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb) enviou ofícios sobre o tema aos órgãos de controle, ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), instância em que ainda há um processo de análise de informações em curso. Serfaty disse, porém, que o Tribunal de Contas da União (TCU) se manifestou em acórdão considerando “improcedente” a denúncia sobre possíveis irregularidades na nomeação para o conselho do BB.

No BNDES, a associação de funcionários (AFBNDES) enviou pedido de informações à área jurídica do banco sobre Serafty depois da indicação do executivo ao conselho, em 2019, mas não obteve respostas. Mais recentemente, surgiram informações que Serfaty estaria tentando “abrandar” regras sobre conflito de interesses nas indicações de novos conselheiros, o que ele também nega. A discussão está em ata da reunião do conselho do banco de 13 de abril, quando se discutiu a renúncia de um conselheiro. Serfaty pediu a dois conselheiros com experiência em governança - Heloísa Bedicks e João Laudo de Camargo - para revisitarem normativos e proporem ajustes sobre o tema ao colegiado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/05/2020

Seção: Política

Autor: Fabrício de Castro e Jussara Soares / BRASÍLIA

Título: Bolsonaro muda tom e vai a ato com ministros militares

Crise. Presidente comparece a manifestação em frente ao Planalto com 11 titulares da Esplanada após pedir aos apoiadores que não levassem faixas contra o Congresso e o STF

Pressionado pela crise na área de saúde e ameaçado de impeachment, o presidente da República, Jair Bolsonaro, participou ontem de um ato de apoio ao seu governo, em Brasília. Da rampa do Palácio do Planalto, Bolsonaro posou para fotos com 11 de seus 22 ministros, cantou o hino nacional e adotou um discurso ameno em uma transmissão ao vivo do ato. “Nenhuma faixa, nenhuma bandeira que atente contra nossa Constituição, contra o Estado de Direito”, disse o presidente, em relação aos manifestantes.

O comentário marca uma diferença em relação à postura adotada em atos anteriores, como o do dia 19 de abril, quando Bolsonaro participou de manifestação contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso, em frente ao quartel-general do Exército. Outra diferença foi a presença de ministros militares, como o general Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), que é da ativa, o general Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), o **almirante Bento Albuquerque (Minas e Energia)** e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), coronel da Aeronáutica.

O Estado apurou que o presidente fez chegar aos líderes do ato de apoio ao seu governo um pedido para que evitassem faixas e palavras de ordem contra o STF e o Congresso. Bolsonaro, segundo um auxiliar direto, fez o pedido pessoalmente, justificando que a insurgência contra os demais poderes não o estava ajudando. Organizadores da manifestação foram incumbidos de pedir aos apoiadores que recolhessem as faixas. Apesar disso, alguns cartazes permaneceram. Faixas. Em frente ao palácio, centenas de pessoas empunhavam bandeiras do Brasil e faixas de apoio ao presidente.

Mas algumas delas também traziam provocações, como “Nossa bandeira jamais será vermelha”, em referência aos partidos de esquerda, e “Cloroquina já”, em defesa do uso do medicamento no tratamento de infectados com a covid-19. Havia ainda um caixão com o nome do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro. Uma faixa dizia: “Soldados Especialistas da Aeronáutica apoiam Bolsonaro”. O Ministério da Defesa não se manifestou a respeito. Bolsonaro chegou à rampa acompanhado dos ministros e de um dos filhos, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) também apareceu depois no local. Ele cobrava a participação dos ministros de origem militar no apoio mais ostensivo ao governo do pai. Para inflamar os manifestantes, Carlos ergueu os braços de vários ministros, como se os estivesse apresentando ao público pela primeira vez. “Deixa ver se você tem moral”, chegou a dizer o presidente a um ministro antes de apresentá-lo.

Entre os ministros, estava a da Agricultura, Teresa Cristina, que entrou recentemente na lista de autoridades com cargos ameaçados, assim como

Marcos Pontes. Em Brasília, especula-se que Pontes pode dar lugar a um representante do Centrão, que se aproximou recentemente do presidente. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, não participou do ato. Na rampa, Bolsonaro chegou a ficar por cerca de 4 minutos em silêncio, apenas observando os manifestantes.

Eles cantaram o hino nacional e entoaram gritos de apoio. Após fazer transmissão ao vivo em suas redes sociais, Bolsonaro pegou no colo uma criança vestida com roupa do Batalhão de Choque da PM de Minas Gerais. Com a criança, desceu a rampa e andou próximo à grade do palácio, mais perto do público. Ao contrário do visto em episódio anterior, no entanto, Bolsonaro não deu as mãos aos apoiadores, mantendo distância. Ele estava de máscara, assim como os ministros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/05/2020

Seção: Espaço Aberto

Autor: José Goldemberg PROFESSOR EMÉRITO E EX-REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

Título: Energia e meio ambiente após a covid-19

Por mais grave que seja a atual pandemia, ela acabará passando, como aconteceu com outras no passado. Nenhuma, porém - nos tempos modernos -, atingiu tantos países e levou a uma paralisação econômica tão profunda, decorrente da imposição de quarentena, que é indispensável para evitar a propagação da doença.

Uma das muitas consequências desta quarentena é a redução do consumo de energia, principalmente no setor de transporte, que representa mais de 25% de toda a energia consumida no mundo.

O que aconteceu no setor do petróleo foi o que se chama “tempestade perfeita”. A demanda diminuiu justamente na ocasião em que havia excesso de produção. O cartel dos grandes produtores - principalmente a Arábia Saudita e a Rússia - não conseguiu fixar cotas de produção, que mantinham o resto do mundo refém do petróleo que produzia. O preço do petróleo não decorria dos custos de produção, era fixado arbitrariamente para suportar a economia dos regimes políticos e sociais dos países-membros do cartel.

Como consequência da falta de acordo dos produtores, o preço do barril de petróleo caiu de cerca de US\$ 80 o barril para menos de US\$ 20. No mundo pós covid-19 ele dificilmente voltará aos níveis anteriores, pois grande número de

empresas e pessoas descobriram que home office funciona e o mesmo aconteceu com o ensino a distância, além do comércio eletrônico.

A necessidade de deslocamentos vai se reduzir permanentemente, com claros benefícios para a qualidade do ar nos grandes centros urbanos, como as fotografias dos satélites nos mostram. Os benefícios para a saúde, com a diminuição das doenças respiratórias, não foram quantificados ainda, mas certamente ocorrerão. Além disso, as emissões de gases de efeito estufa, cuja redução já se está verificando, não voltarão aos níveis anteriores, o que dará mais tempo para a adoção de medidas de adaptação ao aquecimento global.

O sonho dos ambientalistas de reduzir o consumo de petróleo parece tornar-se realidade graças à covid-19.

O que não vai se reduzir, provavelmente, é o consumo de eletricidade, porque as atividades domésticas (incluindo o home office) requerem mais eletricidade. Daí os grandes planos, já propostos nos Estados Unidos, para aumentar a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis. Nos pacotes de recuperação econômica que estão sendo adotados naquele país, esse é um ingrediente importante.

No Brasil, perderão prioridade as ideias de que o País poderia ser um grande exportador de petróleo, uma vez que produzi-lo do pré-sal custa muito mais do que na Arábia Saudita. Esperar que os royalties da produção de petróleo “salvem” a economia de vários Estados, como o Rio de Janeiro, provavelmente será em vão.

Mais grave ainda, a produção de etanol da cana-de-açúcar - com todas as vantagens ambientais que tem - vai ser afetada seriamente, mas talvez force o setor a fazer duas coisas que deveria ter feito no passado e não fez:

- Instalar grandes reservatórios para estocar etanol, que seria, então, disponível o ano todo, o que permitiria fazer contratos para exportação de longo prazo, o que o setor nunca fez, preferindo vender o álcool no mercado spot.
- Investir pesadamente em pesquisa para aumentar a produtividade da cana-de-açúcar, que deixou de crescer há vários anos. Essa seria a única forma de baixar os custos do etanol, que poderia, então, competir melhor com a gasolina a preços baixos.

O movimento ambiental pós-covid-19 enfrentará também dilemas sérios, pois a urgência de atacar problemas ligados à saúde, como saneamento básico, vai aumentar. As preocupações com mudanças climáticas - que só se concretizarão a longo prazo - parecerão menos prioritárias.

Diante da tragédia causada pela covid-19 há, contudo, expectativas de importantes modificações nas percepções das sociedades atingidas, com reflexos culturais e políticos positivos.

Essas expectativas se baseiam na condução exemplar da crise por governantes como Angela Merkel, na Alemanha, que adotou políticas públicas que reduziram consideravelmente o número de vítimas, em contraste com outros dirigentes, como o presidente Donald Trump, dos Estados Unidos - e seus seguidores, como o presidente do nosso país -, que minimizaram a gravidade do problema do isolamento social. Angela Merkel percebeu o vulto do problema antes dos outros e preparou seu país para enfrentar a crise, seguindo rigorosamente as estratégias recomendadas por seus cientistas.

É notório que, ao enfrentar problemas complexos, há incertezas e pode haver divergências entre os cientistas, mas a própria natureza do método científico corrige esses problemas. A experiência acaba eliminando as teorias incorretas. Por essa razão, desqualificar o trabalho dos cientistas e o método científico é o pior que dirigentes obscurantistas poderiam fazer no caso da covid-19.

Um maior respeito pela ciência e pelos cientistas poderá ser uma das consequências mais positivas da tragédia humanitária da crise atual.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/05/2020

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Cana perde espaço na lavoura para soja e milho

Queda do preço do petróleo, em meio à pandemia da Covid, desestimula produtores

A cultura da cana-de-açúcar sofreu um forte baque com a pandemia do coronavírus. Reinando nos últimos anos nas lavouras do interior de São Paulo, a cana começou a perder espaço para os grãos – soja, milho e até amendoim. Afetada pelo derretimento do petróleo, que afundou os preços do etanol, a cana já não é vista mais como uma cultura tão atraente. Assustado com o choque do petróleo, que derrubou os preços do etanol, Fernando Escaroupa, 34 anos, decidiu reduzir sua exposição à cana. Com uma área plantada de 535 hectares, já destinou 60 hectares para renovação de cultura e decidiu pelo plantio de soja, uma prática cada vez mais comum no setor. Mas Escaroupa não parou por aí.

Uma área degradada de suas terras, que ficam na região de Jaboticabal (interior de São Paulo), também vai ser preparada para o plantio de soja, somando 120 hectares somente para cultivo de grãos. “Estou trocando o incerto pelo certo”, disse Escaroupa, que vê uma rentabilidade melhor para a oleaginosa que será colhida no início do ano que vem. Segundo ele, há outros fazendeiros que podem ir para o mesmo caminho. Desde o início da pandemia, o preço do petróleo caiu 40%, para abaixo de US\$ 30 o barril. Isso derrubou o preço da gasolina – o que, por consequência, afeta diretamente o etanol. A 200 quilômetros de Jaboticabal está a fazenda de Ueslei Cavatão, também tradicional produtor de cana.

Em Nipoã, na região de Monte Aprazível, ele investe em cana e soja, mas nos últimos sete anos começou a rever suas estratégias. Situado numa região onde usinas de açúcar e álcool estão em situação financeira delicada, Cavatão também tirou o pé da cana para apostar mais em grãos. “Já tive 500 hectares com cana. Hoje são 300 hectares para a cultura e 400 para soja”, disse. A família Cavatão era tradicional produtora de laranja, mas viu no boom da cana uma oportunidade para crescer. Nos últimos anos, contudo, o setor sucroalcooleiro começou a dar sinais de arrefecimento.

Com a entrada de pedido de recuperação judicial da Usina Moreno no ano passado, o sinal amarelo bateu para a família Cavatão. “Não dá simplesmente para ficar dependendo de uma empresa. Mas não dá para derrubar toda a cana e só produzir soja. Estamos avançando em renovação de cultura e em áreas degradadas”, disse. Segundo ele, uma boa parte do plantio de soja de sua fazenda que ainda não foi plantada já foi vendida para o exterior. Grão. Também decepcionado com a queda dos preços do petróleo, Juliano Goulart Maset, da região oeste do Estado, passou a plantar amendoim. “Os preços do amendoim no mercado internacional estão atraentes.

Os produtores de São Paulo estão vendendo tudo para países como Rússia e Arábia Saudita. Aqui não vai ter festa junina.” Para José Carlos Hausknecht, sócio da MB Agro, há um movimento em curso de mudança de plantio, mas não dá para o produtor de cana tomar decisão mais radical e derrubar todos os canaviais. “A cultura da cana é perene, cujo ciclo dura cinco ou seis anos. Toda receita está comprometida. As áreas que serão cedidas neste primeiro momento são as degradadas.” Até fevereiro o setor de cana experimentou um dos melhores resultados dos últimos anos. O preço do açúcar estava em torno de 15 centavos de dólar por libra-peso, ante 12 centavos em igual período do ano anterior.

Agora, está em torno de 10 centavos. Com isso, boa parte das usinas já tinha vendido açúcar para exportação. A demanda por etanol estava firme. “De março para cá o mercado virou de uma maneira absurda”, disse Hausknecht. Em

situação mais delicada estão os produtores que fornecem matéria-prima para usinas sucroalcooleiras em recuperação judicial e correm o risco de não poder honrar suas dívidas. Na região Centro-Sul (Centro- Oeste, Sudeste e Sul), que concentra a maior parte da produção do País, com 350 usinas, a situação fica ainda mais complicada para aquelas que só possuem destilarias. Das 267 unidades produtoras, 80 só produzem etanol.

No Brasil, há 104 unidades produtoras em recuperação judicial, das quais 81 no Centro- Sul, segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Desde 2005, 95 usinas foram fechadas na região. Com as incertezas provocadas pela pandemia, boa parte das empresas já em dificuldades financeiras vai para o mesmo caminho. Se a demanda por etanol não seguir firme após a pandemia, muitos produtores deverão reduzir o plantio da cana e mudar a configuração geográfica das lavouras.

No início dos anos 2000, quando o governo Luiz Inácio Lula da Silva estimulou o etanol como combustível, produtores tradicionais de cana e aventureiros avançaram para o Centro-Oeste para plantar cana em campos de soja. Agora, é a soja que pede passagem para voltar a reinar sozinha e ganhar espaço em terras da cultura rival.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/05/2020

Seção: Poder

Autor: Ricardo Della Coletta, Fábio Fabrini e Renato Onofre

Título: Bolsonaro fala em resgatar valores e evita atacar Poderes

Seguranças da Presidência pediram retirada de faixas contra Congresso e STF

Ao voltar a participar neste domingo (17) de um ato com aglomeração contrariando o distanciamento social, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse que o governo federal “tem dado todo o apoio” para atender doentes da Covid-19 e que o país sairá mais forte após a pandemia.

Antes da chegada de Bolsonaro ao protesto, seguranças da Presidência pediram aos manifestantes a retirada de faixas contra o Congresso e o STF (Supremo Tribunal Federal). Uma delas chamava os dois órgãos de “sabotadores” e pedia nova Constituição.

“Manifestação pura da democracia. Estou muito honrado com isso. O governo federal tem dado todo o apoio para atender as pessoas que contraíram o vírus e esperamos brevemente ficar livre dessa questão, para o bem de todos nós. O Brasil, tenho certeza, certeza, voltará mais forte”, declarou Bolsonaro.

Num aceno ao Congresso, alvo de ataques em atos anteriores, Bolsonaro falou em proporcionar “dias melhores para a nossa população, em especial pelos poderes Legislativo e Executivo”.

Ele não citou, porém, o Judiciário, que tem barrado algumas de suas medidas. O STF (Supremo Tribunal Federal) impediu a nomeação de Alexandre Ramagem, chefe da Agência Brasileira de Inteligência, para a direção-geral da Polícia Federal—Ramagem é próximo à família Bolsonaro.

Outro ponto de atrito com a corte é o inquérito que apura se Bolsonaro tentou interferir indevidamente na PF. Ele foi autorizado pelo ministro Celso de Mello, após o ex-ministro da Justiça Sergio Moro sair do governo e fazer acusações de ingerência na corporação.

Nas últimas semanas, após sucessivos episódios de embate, Bolsonaro tem buscado uma aproximação com o centrão — grupo de partidos que tem maioria na Câmara — para formar uma base de apoio.

Bolsonaro quer evitar derrotas em projetos de seu interesse, além do avanço de um eventual processo de impeachment. A aproximação com o centrão envolve o loteamento de cargos no governo federal e em estatais.

Na semana passada, Bolsonaro também buscou reconciliação com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), após estimular protestos contra o deputado e sugerir que ele lhe tramava um golpe.

“Queremos fazer um Brasil melhor para todos, agradeço a esse povo maravilhoso que está aqui, ao qual devo lealdade absoluta. É aquele que deve ditar as nossas normas e nosso norte. É o que precisamos: política ao lado do povo, tendo o povo como padrão”, afirmou o presidente na manifestação deste domingo.

O mandatário foi à rampa do Palácio do Planalto, juntamente com ministros e ao menos dois de seus filhos —o deputado Eduardo e o vereador Carlos—, para saudar os manifestantes.

Estavam com Bolsonaro os ministros Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Jorge Oliveira (Secretaria-Geral da Presidência), **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Tereza Cristina (Agricultura), Onyx Lorenzoni (Cidadania), Wagner Rosário (Controladoria-Geral da União), André Mendonça (Justiça) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia).

Bolsonaro baixou a máscara para falar em um momento, pegou bebês no colo e levantou as mãos de ministros, descumprindo recomendações de distanciamento social.

Em vários momentos da manifestação, os participantes entoavam música exaltando a cloroquina, medicamento que o presidente defende com o panaceia na pandemia, mas sem comprovação de eficácia contra a Covid-19.

Desde o início, Bolsonaro tem minimizado o impacto do coronavírus e se colocado contra medidas de distanciamento social, atitude que culminou na demissão de dois ministros da Saúde no intervalo de um mês, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich.

Apesar de dizer lamentar as mortes, o presidente tem dado declarações às vezes em caráter irônico quando questionado sobre as perdas humanas com a Covid-19. Como na ocasião em que afirmou não ser coveiro ou quando disse: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.

Antes de descer para cumprimentar o público, ele declarou que, desta vez, não há “nenhuma faixa, nenhuma bandeira que atente contra a Constituição, contra o Estado democrático de Direito”. Protestos anteriores, investigados pela PGR (Procuradoria-Geral da República), tinham pleitos antidemocráticos, como um golpe militar.

“O que nós queremos é resgatar os valores que formam a nossa nacionalidade, respeitar a família”, afirmou.

Antes da chegada de Bolsonaro ao ato, porém, seguranças do Planalto pediram a manifestantes a retirada de faixas contra o Congresso e o STF.

A ação foi coordenada pelo general Luiz Fernando Baganha, secretário de segurança e coordenação presidencial do Planalto. Baganha, pessoalmente, pediu a um grupo de apoiadores para afastar uma manifestante mais exaltada.

A Folha presenciou Baganha orientando os seguranças sobre a abordagem. “Cheguem com calma. Peçam a retirada. Expliquem que uma conversa prejudicial ao presidente. Ele está muito preocupado com esse tipo de mensagem”, afirmou a seus auxiliares.

Os seguranças abordaram um grupo autointitulado “Paraquedistas de Bolsonaro” que estava no local fazendo formação militares. Eles pediram que qualquer tipo de material potencialmente lesivo fosse retirado. Os militantes, uniformizados com camisas pretas e boina vermelhas, carregavam estiletes, canivetes e sprays de pimenta.

MME / ASCOM .